

Democracia

Na agenda desta semana, o Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial (sexta, 21), quando está prevista a criação da *Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade Racial*. Após 30 anos de luta do Movimento Negro no país é preciso reconhecer o quanto é rico o momento atual, ainda que recheado de várias indefinições, sendo a Secretaria apenas uma delas. Esta é a opinião de Lúcia Xavier, feminista e ativista negra da ONG Criola (RJ).

Para ela, em relação à Secretaria, não temos clareza sobre o programa de ação, as políticas que encaminhará. No Congresso Nacional, o estatuto do(a) negro(a) vem sendo debatido há bastante tempo. No governo, o Programa Fome Zero, por estar voltado para uma parcela da população mais pobre do país, deverá atingir maciçamente a população negra, ainda que não seja gerido com esta perspectiva. Ou seja, por esses e outros processos em curso, como a implantação das cotas, é que a conjuntura atual é bastante rica. E exatamente por isso, Lúcia aponta como principal desafio rediscutir o pacto social, numa perspectiva de demo-cracia que inclua gênero e raça com o mesmo peso.

Feministas dizem NÃO à Beijing +10 e Cairo +10

Na semana do 8 de março, a rede global DAWN encaminhou às Nações Unidas posição contrária à realização de conferências de avaliação de Beijing e Cairo, em 2005.

À primeira vista pode parecer contraditório com as lutas feministas ou uma desqualificação dos espaços multilaterais de governo global e das conferências da ONU. Na verdade, a Rede Dawn está em sintonia com as análises da maioria das feministas presentes às avaliações de 5 anos do Ciclo Social da ONU (em especial Cairo e Beijing +5). Considera-se que o unilateralismo norte-americano no governo Bush e seu poder sobre a ONU irá impor sérios limites aos debates e resoluções. Isso, somado ao crescente fundamentalismo naquele governo, vai acabar por trazer retrocessos nas conquistas e acordos de Cairo e Beijing.

A Plataforma Política Feminista, formulada no Brasil em 2002, vai na mesma direção das análises de Dawn. Reconhecendo a perda de importância política das Nações Unidas, sublinha como prioridade o fortalecimento do sistema ONU, o que inclui reformas profundas na relação com OMC e Instituições Financeiras Multilaterais. E, além disso, reformas no Conselho de Segurança e revisão dos mecanismos de avaliação e implementação das Plataformas de Ação, onde estão incluídas as próprias conferências de avaliação. Para quem não acompanhou Cairo e Beijing +5, mas acompanha a imprensa, é suficiente lembrar a ação do governo Bush nas recentes conferências internacionais sobre racismo, redução de armas e clima. Os argumentos de DAWN ficam ainda mais convincentes. Veja a carta da Rede Dawn na seção [CONtextos](#).

NOTÍCIAS DOS ESTADOS

Na [Paraíba](#), a programação do 8 de março foi discutida conjuntamente com os grupos Cunhã, Pastoral das Negras, UBM, Setorial de mulheres do PT, Grupo Maria Quitéria, Centro da Mulher 8 de Março, Capoeira Brasileira, Mulheres da CUT, Amazona, Liberta, Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, Bamidelê, SINTEP, Cobra Coral Capoeira, Grupo de Capoeira Angola dos Palmares, Sesc, Grupo Pérola Negra, Mundo do Trabalho, APROS/PB e Fundação Margarida Maria Alves.

Do dia 6 ao dia 12 aconteceram: sessões na Câmara de Vereadores e na Assembléia estadual, o II Encontro de Costureiras Informais da grande João Pessoa, promovido pela UBM, e a abertura do I Festival Mulheres Cantam Mulheres. Na sede da ONG Cunhã: teatro, poesia e lançamento dos CDs das repentistas Soledade e Minervina e da cantora Ochy Curiel, da República Dominicana. No dia 10, uma programação conjunta na praça, com barracas temáticas, apresentações culturais, artesanato feito por mulheres e uma caminhada MULHERES PELA PAZ, com alas temáticas sobre Violência, Saúde, Educação, Meio Ambiente e Mulheres: história, direitos e conquistas.

No [Espírito Santo](#), cerca de 1.000 mulheres tiveram audiência (dia 7) com o governador, para apresentar propostas que construíram com base na Plataforma Política Feminista. O governo formou comissão para incluir as reivindicações no planejamento estratégico do estado, nas áreas de segurança (casa abrigo, delegacias), saúde (comissão do movimento para monitorar políticas), emprego e renda, além de retomada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Por um mundo sem violência

MULHERES PELA PAZ – Em que pesem as declarações de ontem, do Presidente Bush, dando um ultimato à Saddam Hussein, seguem em todo o mundo as manifestações de paz. Além das realizadas pelas mulheres no 8 de março e das várias que ocorreram em todo o mundo, dia 15, estão previstos para 21 de março atos de solidariedade contra a guerra nos locais de trabalho, em forma de assembléias, paralisações e greves. Segundo boletim informativo do FSM, caso aconteça um ataque ao Iraque, devem ocorrer protestos massivos em todas as grandes cidades do mundo, tanto no dia do início da guerra quanto no sábado seguinte.

VEM PRA RODA, VEM PRA REDE – é a mais nova publicação da Rede Mulher de Educação. Tem por objetivo difundir a formação de redes como uma ação fundamental no enfrentamento da violência de gênero, tanto por tirar as mulheres do isolamento, como por favorecer a articulação entre instituições que trabalham com atendimento, apoio e prevenção. O livro é destinado a movimento de mulheres, ONGs, serviços públicos e organismos de direitos da mulher. Informações: (11) 38627050 ou rdmulher@redemulher.org.br.

IMAGINEMOS UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA – com este título, o Fundo das Nações Unidas para a Mulher e o Centro para Programas de Comunicação da Universidade Johns Hopkins (USA) reuniram num catálogo diversas estratégias de comunicação para erradicação da violência de gênero implantadas em 43 países. O livro é resultado de um trabalho de coleta de 18 meses, que envolveu por comunicação eletrônica 2.500 ativistas. O material é impresso em cores, com texto em espanhol e traz uma seleção primorosa de projetos, que são apresentados por tema, ajudando a visualizar a criatividade utilizada na abordagem dos tipos de violência de gênero. Por tudo isso, o catálogo favorece o intercâmbio entre organizações, difundindo estratégias de comunicação que podem ser reproduzidas em outras regiões e contextos. Informações: unifemconesul@undp.org.br.

CAMPANHA - No último dia 12, a THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero lançou a campanha *Violência Sexual – quem esconde o problema, esconde a solução*, em parceria com a Rede Estadual de Justiça e Gênero (RS). A ação visa alertar mulheres sobre os riscos de abafar casos de violência e será, este ano, uma atividade central da Themis e da Rede, composta de entidades de 11 municípios gaúchos.

ERRAMOS no AE 35. Eleonora Menicucci é socióloga sanitária e professora da Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina), além de Relatora Nacional para o Direito à Saúde.

... e sem fundamentalismos.

Campanha - As paraibanas lançaram a Campanha contra os Fundamentalismos no dia 12, em dois eventos. O primeiro, foi para lideranças de 15 grupos de mulheres de João Pessoa (PB), de onde saíram várias propostas para lançamentos nas comunidades, com vários grupos. O segundo lançamento foi mais amplo e aberto ao público, durante o I Festival Mulheres cantam Mulheres, promovido pela organização de lésbicas Maria Quitéria, recentemente criada.

Contra o fundamentalismo, a favor da cidadania - Merece registro decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na qual o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, fica obrigado a reconhecer os direitos previdenciários das relações homossexuais e lésbicas. O grupo de homossexuais Nuances entrou com denúncia contra o Instituto no Ministério Público Federal em Porto Alegre, em 1999, por discriminação e não reconhecimento de benefícios. Após ação civil de procurador da república na Justiça Federal do RS, em dezembro de 2001, foi reconhecida por juíza federal a denúncia. O INSS recorreu e o caso foi levado ao STF, ano passado. No final de fevereiro, deste ano, saiu a decisão definitiva do Supremo. Mais informações: gayboy@uol.com.br

CONSELHO MUNICIPAL - A Câmara de Vereadores do Recife aprovou por unanimidade, no último dia 10, projeto de lei criando o Conselho Municipal da Mulher - CMM. Primeiro do gênero no País, o novo órgão terá composição tripartite, com 24 conselheiras representando trabalhadoras do município, o governo municipal e entidades civis de defesa das mulheres. Foi aprovada a reserva de cota de 30% para mulheres negras (sete conselheiras). O Conselho foi uma das propostas apresentadas ao atual governo municipal, em novembro de 2000, pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco. Outra novidade: as mulheres de Pernambuco já contavam com dois serviços estaduais de atendimento ao aborto legal. A prefeitura do Recife passou a disponibilizar mais dois serviços, em maternidades locais, somando um total de quatro, em todo o Estado.

16 anos de transas - Registramos o 16º aniversário do Grupo Transas do Corpo, de Goiania (GO). A comemoração será nesta quinta-feira, 20.

CONtextos – Divulgamos três artigos e uma carta. O primeiro, de Sueli Carneiro, onde ela destaca o que está por trás de quem defende ou é contra a política de cotas para negras/os. O segundo artigo, de Eva Blay, que responde em entrevista sobre o principal motivo da permanência da violência de gênero na sociedade brasileira. O terceiro artigo trata sobre o mito político vinculado ao 8 de março. Por último, a íntegra da Carta da Rede DAWN, posiocinando-se contrária as negociações para Beijing +10 e Cairo + 10.